

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA .....  
VARA CÍVEL DO FORO .....**

..... (razão social completa), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CCG/MF sob nº ....., com sede nesta capital na ..... (endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF), com inclusa cópia do Contrato Social (doc. ....), representada neste ato por seu sócio-proprietário Sr. .... (nome completo), por seu Advogado e bastante procurador *in fine* assinado, constituída na forma do incluso Instrumento de Mandato (doc. ....), com endereço profissional à ..... (endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF), onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente, à honrosa presença de Vossa Excelência, com fulcro nos artigos 1.102a a 1.102c, do Código de Processo Civil, propor a presente

**AÇÃO MONITÓRIA**

em face de ..... (nome completo), ..... (nacionalidade), ..... (estado civil), ..... (profissão), portador do RG nº ..... e inscrito no CPF/MF sob nº ....., residente e domiciliado nesta Capital à ..... (endereço completo: rua [av.], nº, complemento, bairro, cidade, CEP, UF), e que deverá seguir o **procedimento monitório**, pelos motivos de fatos e direito que passa a expor:

## **I – DOS FATOS**

A Requerente, atuante no ramo de prestação de serviços de .....(especificar), recebeu do Réu como pagamento de serviços prestados o cheque de nº ....., do Banco ....., agência ....., no valor de R\$ ..... (valor por extenso), cuja data de pagamento era para o ..... (dia, mês e ano), conforme faz certo a prova escrita, anexando o título (doc. ....), sendo certo também que o mencionado cheque tem como emitente o Réu.

Ocorre, que, quando da apresentação na data determinada na emissão do referido cheque, foi ele devolvido pelo serviço de compensação bancária por insuficiência de fundos.

A partir daí, várias foram as tentativas para receber o crédito com o devedor pedindo para que se aguardasse algum tempo pois logo ele saldaria o débito.

A credora aguardou até por demais, a tal ponto de o referido cheque perder a qualidade de título executivo, quando então passou o devedor a negar o cumprimento da obrigação, qual seja, efetuar o pagamento do valor constante no título.

Diante das tentativas frustradas, visto que o Réu utilizou-se de meios protelatórios, frustrando, inclusive, o procedimento executório, não houve alternativa à credora senão socorrer-se do Judiciário.

## **II – DO DIREITO**

Estando a credora, ora Autora, com a prova escrita de existência do crédito, documento acostado a esta exordial, cujo título se encontra prescrito e, portanto, sem força executiva, sendo este último a prova hábil para ensejar tal demanda, invoca-se desse douto Juízo a expedição do competente mandado de pagamento.

Com efeito, o artigo 62 da Lei do Cheque estabelece que: “salvo prova de novação, a emissão ou a transferência do cheque não exclui a ação fundada na relação causal, feita a prova do não pagamento”

No caso da presente demanda verifica-se que o cheque foi emitido em favor da Autora.

Por ter emitido o cheque, o emitente é parte legítima para figurar no pólo passivo desta ação.

Registre Vossa Excelência que constitui o cheque ordem de pagamento à vista. Uma vez circulando ou entregue a portador transforma-se em título de crédito formal e abstrato, sem qualquer vinculação com o negócio que determinou sua emissão.

### III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer seja deferido a expedição do mandado de pagamento em favor do credor, sendo o Réu citado para o cumprimento do referido *mandamus*, ou que, querendo, apresente embargos no prazo legal sob pena de não o fazendo, lhe serem aplicados os efeitos da revelia, estando então tal mandado coberto de eficácia executiva ser convertido em mandado executivo.

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente juntada de novos documentos, oitiva de testemunhas, depoimento pessoal do requerido, sob pena de confesso, provas periciais e demais necessárias.

Requer, também, seja ao final julgada **PROCEDENTE** a presente demanda, condenando-se o devedor ao pagamento do valor principal do débito, corrigido e atualizado monetariamente pelo índice ....., de acordo com o quadro discriminativo do valor, em anexo (doc. ....), assim

como as custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações de estilo.

À presente dá-se o valor de R\$ ..... (valor por extenso)  
para todos os efeitos legais.

Nestes termos,  
Pede Deferimento.

....., ..... de ..... de .....  
(local e data)

Advogado (nome).....  
OAB ..... n<sup>o</sup> .....